

DA CRÍTICA À *CRITIQUE*

Eric FASSIN*

Tradução Fernanda Azeredo Moraes**

Résumé: Depuis les années 2000, en Europe, on nous sommes de choisir entre les minorités sexuelles et raciales – entre les femmes ou les homosexuels et les Noirs ou les musulmans, entre démocratie sexuelle et démocratie raciale. Comment déjouer de telles alternatives? Il est nécessaire, mais pas suffisant, de dénoncer l’instrumentalisation xénophobe et raciste de la démocratie sexuelle: la posture critique ne se contente pas de critiquer. Il faut d’abord comprendre la racialisation des questions sexuelles, et la sexualisation des questions raciales, dans le contexte des nouveaux « nationalismes sexuels ». Mais on peut combattre l’impérialisme gay ou féministe sans pour autant fermer les yeux sur l’homophobie ou le sexisme, ce qui reviendrait à refuser le statut de sujet politique aux victimes du racisme et de la xénophobie. Il ne faut pas jeter le bébé de la démocratie sexuelle avec l’eau du bain des nationalismes sexuels.

Mots-Clés: démocratie sexuelle, nationalismes sexuels, racisme, xénophobie, impérialisme

Resumo: Desde os anos 2000, na Europa, nos obrigam a escolher entre as minorias sexuais e raciais-entre as mulheres ou os homossexuais e os negros ou os muçulmanos, entre democracia sexual e democracia racial. Como escapar destas alternativas? É necessário, mas não suficiente, denunciar a instrumentalização xenofoba e o racismo da democracia sexual: a postura crítica não se contenta de criticar. É preciso compreender a racialização das questões sexuais, e a sexualização das questões raciais, o imperialismo gay ou feminista sem todavia fechar os olhos sobre a homofobia e o sexismo, o que levaria a recusar o status de sujeito político às vítimas do racismo e da xenofobia. Não se deve jogar fora o bebê da democracia sexual com a água do banho dos nacionalismos sexuais.

Palavras-Chaves: Democracia sexual, nacionalismos sexuais, racismo, xenofobia, imperialismo.

*Éric Fassin, professeur à Paris-8 (après New York University et l’École normale supérieure), est chercheur à l’IRIS (CNRS/EHESS). Sociologue engagé, il étudie et intervient sur la politisation des questions sexuelles et raciales, en France et aux États-Unis, et sur leurs croisements, en particulier en matière d’identité nationale, en France et en Europe. Membre du collectif Cette France-là, qui a consacré depuis 2008 quatre ouvrages à la politique d’immigration, il a notamment publié: *Liberté, égalité, sexualités: actualité politique des questions sexuelles* (avec Clarisse Fabre), 2003; *L’inversion de la question homosexuelle*, éd. Amsterdam, 2005 ; *Le sexe politique. Genre et sexualité au miroir transatlantique*, éd. EHESS, 2009 ; *Género, sexualidades y política democrática*, Cahiers Simone de Beauvoir, Colegio de México, 2009 ; *Hombres, femmes: quelle différence?* (avec Véronique Margron), éd. Salvator, 2011 ; *Démocratie précaire. Chroniques de la déraison d’État*, La Découverte, 2012.

**Fernanda Azeredo de Moraes é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2005- 2009) e mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010 - 2012), bolsista Capes/Brasil Plural e CNPq. Tem experiência na área de Sociologia e Antropologia com ênfase em Estudos de Gênero, Teoria Feminista, Masculinidades, Gênero e Ciência e História de Vida. Atua também como tradutora inglês-português.

Nós não esperávamos por isso. Ou, pelo menos, *eu* não esperava. Quem poderia ter previsto que o admirável mundo novo dos nacionalismos sexuais demandaria um dia que eu/nós escolhêssemos de um lado, entre mulheres e minorias sexuais, e de outro entre grupos raciais ou racializados? (Ao logo dessas observações, o uso da primeira pessoa hesitará muitas vezes, seja implícita ou explicitamente, entre o singular [“eu”] e o plural [“nós”]. Nenhum dos dois é baseado na identidade. O que está em jogo nessa hesitação é a definição política de uma conversa entre críticos dos nacionalismos sexuais.)

FALSOS DILEMAS E VERDADEIROS PROBLEMAS

Em 9 de Outubro de 2010 recebi um e-mail de um homem que não conhecia, mas que afirmava conhecer-me bem de minhas intervenções públicas. “Eu sou gay, feliz de morar na França, em um bairro tranquilo, livre de ataques homofóbicos.” Feliz como um homem gay na França? Bom, furioso também. “Venho acompanhado pela mídia há anos, e tenho a leve impressão que você instrumentaliza a luta contra a homofobia.” Como? “Em tempos em que gays são enforcados no Irã, você escreve um artigo em que a França é caracterizada como um tipo de regime secular facista.” Não tenho certeza de qual dos textos que escrevi contra a virada racista e xenófoba das políticas de identidade nacional do Presidente Nicolas Sarkozy que ele tinha em mente.

Esse leitor indignado segue se lamentando do fato de que ao invés de atacar, como deveria atacar (de acordo com ele), um grupo de rappers muçulmanos chamados *Sexion d’Assaut*, jovens negros das periferias francesas (“*banlieues*”) que agilmente arrependem-se publicamente de suas posturas homofóbicas, eu estava na época “muito ocupado linchando” um sociólogo, Hugues Lagrang, que acabava de publicar com considerável reconhecimento midiático um equivalente ao *bestseller* alemão de Thilo Sarrazin¹. O livro francês apresenta povos africanos subsaarianos da região Sahel como inassimiláveis devido a sua cultura patriarcal, cultura cujo o sexismo é supostamente exemplarmente demonstrado pela prática da poligamia. Meu correspondente concluiu: “Por favor, pare de nos explorar e dedique-se aos seus novos protegidos – os Muçulmanos.”

Sob o risco de soar mesquinho fiquei tentado a responder que, em termos de ganhos pessoais, a “exploração” da agenda gay tem se provado um tanto quanto decepcionante (me adianto e acrescento: a “exploração” da agenda racial tão pouco configura um bom

¹Hugues Lagrange, *Le déni des cultures* (2010). Minha primeira crítica desse livro pode ser encontrada no meu blog, <http://blogs.mediapart.fr/blog/eric-fassin>. Ver “La culture du déni,” 10 de setembro, 2010 e “Polygamie: ‘Le Point’ et la fabrication sociologicomédiatique d’une panique morale,” 04 de outubro, 2010. Ver também ‘Immigration et délinquance’: La construction d’un problème entre politique, journalisme et sociologie,” *Cités* 46 (June 2010): 67–83; Thilo Sarrazin, *Deutschland schafft sich ab* [Germany Does Away with Itself] (2010).

negócio). Mas, ao invés disso, eu decidi “explorar” a mensagem do leitor para tentar compreender o que acontece atualmente. O mais revelador é que a controvérsia sociológica na qual estou envolvido, e a qual ele se referiu, não tem nada a ver com o Islã (o livro analisa a cultura subsaariana em termos de parentesco, e não de religião), nem com homossexualidade (tratava-se apenas de igualdade de gênero). Todavia, não estou sugerindo de forma alguma que meu correspondente estava confuso. Pelo contrário: ele entendeu bem demais o discurso com o qual estamos todos confrontados nos dias de hoje.

Espera-se que tomemos partido, que escolhamos um lado. Em poucas palavras, como eu coloquei pela primeira vez em um volume de 2006 sobre as novas políticas raciais na França, nós somos convocados a responder a seguinte questão: o que é pior – sexismo (e homofobia), ou racismo (e “Islãfobia”)? Em suma, quem você prefere – mulheres e *queers* ou negros e Muçulmanos?² As tensões entre políticas sexuais e raciais certamente não são uma novidade; a novidade encontra-se no contexto dos nacionalismos sexuais na Europa emergentes no começo do século XXI. Em contrapartida a “masculinidade normativa” que, segundo George Mosse, definia a nação, mulheres e até *queers* (se ainda não na França, pelo menos na Holanda) se tornaram hoje emblemas dos novos nacionalismos.

O que é mais importante para mim/nós – democracia sexual ou racial? Meu propósito nesse percurso é recusar tais alternativas. Ao invés de responder a essas perguntas impossíveis, eu quero substituí-las com outras perguntas: primeiro, como chegamos nesse ponto? Enquanto existe claramente uma dimensão internacional na nova racialização das políticas sexuais, e na nova sexualização das políticas raciais, a nacionalização desses campos tem se tornado uma característica definidora das políticas europeias no contexto das medidas anti-imigração: isso explica o interesse expresso por muitos estudiosos e ativistas da América do Norte nas transformações neste lado do Atlântico. O que aconteceu que nos fez entrar na Europa dos nacionalismos sexuais, cuja a capital poderia bem ser Amsterdã – enquanto Paris ficaria como a capital dos nacionalismos heterossexuais?³

Segundo, o que devemos dizer e fazer em resposta? Há anos meu esforço principal tem sido o de expor as implicações racistas e xenófobas das novas políticas de identidade nacional (como deixou claro meu correspondente insatisfeito) - particularmente na França onde moro... e voto. Tenho tentado exercer um papel público ao defender o que chamo de “democracia sexual”: liberdade e igualdade aplicadas tanto ao gênero quanto à sexualidade, não apenas em termos de direitos, mas também, inseparavelmente, de normas. Como resultado, sinto-me obrigado a denunciar a instrumentalização desse discurso de democracia sexual para fins racistas e xenófobos.

²Didier Fassin and Éric Fassin, eds., *De la question sociale à la question raciale* (2006), 256

³Ver o meu texto “National Identities and Transnational Intimacies: Sexual Democracy and the Politics of Immigration in Europe,” incluído no “Dossier on Sexual Boundaries, National Identities, and Transnational Migrations in Europe,” ed. Éric Fassin and Judith Surkis, *Public Culture* 22 no. 3 (Fall 2010): 507–29

Todavia, eu/nós não queremos - ou ao menos é o que defendo - que o discurso dominante dos nacionalismos sexuais defina o meu/nosso próprio discurso. Eu (pelo menos) não quero que essa prioridade determine todas as minhas posições. Não quero abandonar meu comprometimento com a democracia sexual apenas por que essa retórica foi apropriada com objetivos que contrariam todas as minhas convicções. Não posso ser reduzido a um reflexo dos meus inimigos. Eu quero falar sobre democracia sexual, não apenas sobre sua instrumentalização. Essa é a qualidade do pensamento crítico. Não foca-se apenas na denúncia da posição de nossos oponentes, o que nos levaria apenas à uma crítica superficial e depreciativa. A *critique* implica questionar a obrigatoriedade dos próprios termos do debate: devemos encontrar formas para abordar essas questões que não dependam da aceitação das alternativas dos nacionalismos sexuais – seja na Holanda, na França ou qualquer outro lugar.

THE TIMES, THEY ARE CHANGING...*

Há vinte anos atrás, no começo da década de 1990, quando entrei pela primeira vez nas discussões sobre políticas sexuais (e raciais), o nacionalismo sexual já ocupava um importante papel na França – contudo, um papel radicalmente diferente. De acordo com o discurso Republicano então predominante na esfera pública, políticas sexuais e raciais tinham lugar apenas na “América”. Como consequência, a politização de problemas de minorias era apresentada como “não-francesa”. A “nossa” civilização sexual era uma herança nacional que deveria ser preservada da “americanização”. Eu estava entre aqueles que falavam sobre feminismo e questões gays e lésbicas, e até questões raciais. Como consequência, fui frequentemente acusado de trair minha cultura nacional (e, de fato, de ser “americanizado” e, portanto anti-francês).

A diferença entre esse discurso e o discurso nacionalista atual é gritante. O oposição entre “nós” e “eles” não depende mais da “América” como contraponto. “Nós”, os Franceses, nos definimos agora em contraste com um “eles” não ocidental e racializado aplicável, dependendo do contexto, a Africanos Subsaarianos, Árabes, Muçulmanos, e tantos outros “outros”. Políticas sexuais não são mais rejeitadas como algo “politicamente-sexualmente correto” (de estilo Americano). Tornaram-se agora o exemplo da “nossa” modernidade progressista, em oposição às culturas arcaicas “deles”. A democracia sexual é “nossa”; pode ser usada contra “eles”.

Como tal mudança ocorreu? É claro que o 11 de setembro teve um papel crucial nessa história – e não apenas porque 2001 foi o ano em que a Holanda tornou-se o primeiro país a permitir o casamento de homossexuais. Em 1993 Samuel Huntington já falava sobre o “choque de civilizações”. Uma década depois, em 2003, Ronald Inglehart e Pippa Norris atualizaram esse argumento de forma a ressoar com as preocupações do

novo século: para eles, o “verdadeiro” conflito tratava-se agora do “choque sexual de civilizações”⁴.

Os conservadores há muito haviam rejeitado a democracia sexual – especialmente nos Estados Unidos (lembram-se da Maioria Moral – *Moral Majority* – da era Reagan?). Mas os maus agouros da mudança discursiva já davam sinais no final da década de 1990, quando Republicanos recorreram à acusações de assédio sexual para enfraquecer o então Presidente Bill Clinton. O Talibã ajudou a concretizar o “novo acordo sexual” após a queda das torres gêmeas: até a então Primeira Dama Laura Bush “assumiu-se feminista” em defesa da emancipação das mulheres Afegãs.

Agora, na Europa, o contexto é bastante diferente – como os neoconservadores rapidamente apontaram nos Estados Unidos: “Americanos são de Marte, Europeus são de Vênus”. Essa é uma forma mais delicada e gentil de dizer que enquanto os primeiros são homens de verdade, que vão para a guerra, os últimos são mariquinhas, que não vão. Mas a versão europeia do choque sexual de civilizações tem sido em sua maioria relativo à imigração, e não ao terrorismo: não é uma questão de exportar democracia, mas de preservá-la de invasores supostamente anti-democráticos. Não expansão, de uma maneira imperialista, mas contensão frente o risco de invasão.

É claro, políticas anti-imigração ocuparam um papel fundamental nos nacionalismos Europeus nas últimas décadas – muito antes do 11 de Setembro. Todavia, a novidade é que o nacionalismo na Europa não se faz mais em oposição à União Europeia. Pelo contrário: a UE figura hoje como a melhor proteção das nações contra a imigração terceiro mundista. Não é mais apresentada como uma alternativa supranacional às nações, como era no começo da década de 1990 na época do tratado de Maastricht. É hoje proclamada como a Europa das identidades nacionais.

Essa nova lógica política fortaleceu-se em 2005 – quando França e Holanda por voto popular rejeitaram o Tratado Constitucional Europeu. Em uma cartada que o ajudaria a vencer as eleições presidenciais de 2007, Sarkozy reagiu apresentando a UE como uma instituição que poderia garantir aos seus cidadãos mais escolha e proteção – mas apenas contra os imigrantes. Por falta de uma melhor justificativa para a UE frente a rejeição anti-liberal, a maioria dos países europeus acatou o novo modelo. A fraca resistência da UE frente às políticas anti-Roma (ciganos) de Sarkozy em 2010 apenas confirmou que esta lógica nacionalista de xenofobia poderia se estender mesmo dentro da Europa, entre cidadãos Europeus.

Qual o papel da democracia sexual nesse novo *dispositif* político em andamento na Europa? Usar imigrantes como bodes expiatórios parece contradizer as próprias fundações da UE, desenvolvida em reação ao legado de Nazismo, xenofobia e racismo. Daí a fraca tentativa de Jürgen Habermas em Outubro de 2010 de denunciar a nova

⁴Samuel Huntington, “The Clash of Civilizations?” *Foreign Affairs* 72, no. 3 (Summer 1993): 22–49; Ronald Inglehart and Pippa Norris, “The True Clash of Civilizations,” *Foreign Policy* no. 135 (March–April 2003): 62–70.

xenofobia e ao mesmo tempo tranquilizar (a si mesmo) que “o que estamos vendo não é um renascimento das mentalidades de 1930”⁵. Não obstante, ele pode estar certo: o racismo e xenofobia de hoje, ao contrário do de ontem, não rejeita a democracia. Na verdade, a nova política de pertencimento justifica-se em nome dos valores democráticos - em especial, à democracia *sexual*.

Políticas anti-imigração e islâmofóbicas afirmam preservar a democracia em batalhas conta o véu islâmico, a poligamia, o casamento forçado, a violência sexual e a mutilação genital. O nacionalismo sexual não se coloca em oposição à democracia – pelo contrário. Durante a campanha presidencial de 2007, quando Sarkozy anunciou a criação de um Ministério da Imigração e Identidade Nacional ele respondeu aos seus críticos, que denunciavam tais ecos do regime de Vichy, afirmando que a identidade nacional é fundada em valores Republicanos, simbolizados pela liberdade das mulheres: “Na França, mulheres são livres. Livres para casar, livres para se divorciar.” (Ele até acrescentou, em um distanciamento radical dos conservadores tradicionais: “livres para fazerem aborto”). Esta é a diferença (sexual) atualmente delineada entre “nós” e “eles”. A França é renascida como um país feminista – da mesma forma que a Holanda é renascida, aparentemente, como uma nação *queer*.

A POLÍTICA DO PENSAMENTO CRÍTICO

Na Europa dos dias de hoje, como devemos responder e agir ao nos confrontarmos com a instrumentalização dos valores de igualdade e liberdade sexual a serviço de ideologias racistas e xenofóbicas de nacionalismos sexuais? Seria fácil demonstrar como a França está longe de ser um paraíso feminista, tampouco quanto a Holanda é um paraíso queer – e com certeza, o mesmo pode ser dito em relação a outros países europeus que reivindicam os mesmos princípios feministas e pró-gay com intuito de excluir “outros” racializados, tais como muçulmanos e imigrantes. Por exemplo, no Reino Unido, imigrantes aprendem sobre igualdade sexual – mas também aprendem sobre a discrepância entre os ideais professados e as verdadeiras desigualdades existentes na sociedade britânica. Contudo, duvido que isso seja suficiente para desmotivar aqueles que defendem que “mesmo assim, estamos melhor aqui!”.

Da mesma forma, não seria difícil revelar a hipocrisia da atual campanha contra poligamia na França – que parece nunca direcionar-se aos nativos franceses – incluindo o falecido Presidente François Mitterrand (para nomear apenas um). Igualmente, as contradições relativas às leis que coíbem o uso de *hijab* e *burkha* demonstram claramente que algo maior do que a liberdade das mulheres e a igualdade entre os sexos está em jogo: afinal de contas, uma vez que a lei de 2004 contra sinais religiosos em escolas públicas foi aprovada em nome do secularismo, o banimento do uso *deburkhas*⁶ em lugares públicos pode apenas ser compreendido sob o pretexto de que seu uso não possui nenhum significado religioso.

⁵Jürgen Habermas, “Leadership and Leitkultur,” *The New York Times*, October 28, 2010.

⁶Nota da tradutora: no original “integral veiling”, algo como cobertura total.

Apontar tais contradições pode ser mais convincente para alguns. Todavia, apesar de achar essa estratégia necessária, não acho que é suficiente. O risco é que, por fim, discutamos apenas sobre racismo e xenofobia e deixemos de lado o sexismo e a homofobia; por outro lado, o risco é que falemos só sobre nós, e não sobre eles. Desse modo, nosso discurso se tona o reflexo dos nossos oponentes. Como podemos falar ao mesmo tempo de democracia sexual e da sua instrumentalização no contexto dos nacionalismos sexuais? Procurei identificar outras estratégias que possibilitam esse discurso. Mencionei duas brevemente.

A primeira estratégia trata-se de generalização. Ao invés de mudar o assunto, substituindo a discussão sobre sexismo e homofobia entre “eles” pela discussão sobre racismo e xenofobia entre “nós”, podemos generalizar a primeira questão. Na Alemanha, associações gays e lésbicas vem ironicamente sugerindo que as perguntas sobre homofobia feitas à imigrantes deveriam ser igualmente posicionadas para todos os alemães – inclusive para o Papa Bento XVI, Joseph Alois Ratzinger. Na França tenho defendido que as discussões sobre homofobia nas periferias racializadas (“banlieues”) deveriam ser parte de uma conversa mais ampla sobre as diferentes formas de homofobia no país – ao lado da versão francesa tradicional de intolerância e de seu formato mais moderno, culto e sofisticado. Proponho o mesmo para questões relativas às mulheres.

A segunda estratégia foca nas contradições internas e consequências inesperadas dos novos nacionalismos sexuais. Para usar do mesmo exemplo, é fácil perceber como o racismo gay, muitas vezes expresso em fantasias de “favelização” sexual, apenas reforça reações homofóbicas dentre seus alvos racializados, sejam eles héteros ou *queer*. Ou, tomando outro exemplo, consideremos a liberdade para casar que supostamente “nos” define em oposição à “eles”. As medidas de imigração, tanto na França quanto em outros lugares da Europa, pretendem garantir tal liberdade. Não obstante, tais medidas dificultam cada vez mais o casamento de casais binacionais. Na França, as mulheres são livres para casar - aparentemente apenas sob as condições de serem francesas e se casarem com um homem, que também seja francês.

Para além de tais estratégias, quero sugerir que nossa responsabilidade como pensadores críticos é de não permanecer em nossas zonas de conforto, de nos colocarmos nas posições mais desconfortáveis possíveis – as mais perturbadoras, de modo a pensarmos contrapelo do nosso próprio pensamento. Deixe-me dar um exemplo, novamente na primeira pessoa do singular. Em 2006, após ter escrito pela primeira vez em francês sobre os hoje infames testes de integração a que imigrantes de países não-ocidentais são submetidos na Holanda, fui convidado a escrever um texto sobre este DVD para uma revista de Nova York chamada *Bidoun*, escrita por e para criadores do Oriente Médio⁷. O editor encorajou-me a enfatizar, em detrimento da política holandesa, a ironia desse treinamento focado na cultura sexual – o que fiz sem receios.

⁷Éric Fassin, “Going Dutch,” *Bidoun: Arts and Culture From the Middle East* 10 (Spring 2007): 62–63.

Quando pediram-me para fornecer ilustrações para o texto, eu obviamente escolhi as fotos mais “sexy” do DVD (uma mostrando uma mulher com seios nus, outra foto de dois gays se beijando, e ainda outra retratando as nádegas de uma multidão de jovens à la Woodstock), exatamente aquelas que supostamente chocariam os “Outros” racializados: o site do governo até oferecia uma “versão editada” disponível para compra para candidatos à imigração vivendo em países submetidos à censura. Todavia, ao receber a minha cópia da revista, me dei conta que as fotos haviam sido alteradas e desfocadas antes da publicação. Não pude deixar de notar a ironia inesperada da situação: como me foi dito quando questionei à revista sobre as fotos, os críticos da instrumentalização da democracia sexual, residentes em Nova York, queriam evitar complicações com censores do Oriente Médio. Partidários do teste provavelmente exultariam em triunfo: “Eu não disse?”

Como podemos levar em consideração ambas ironias – e não apenas a primeira? Porque não falar sobre a Holanda *e* sobre o Oriente Médio? A solução, me parece, não é absolver o segundo defendendo um certo respeito pelo valor da modéstia na “cultura Árabe”: essa é uma forma de culturalismo que rejeitei na França dos anos 1990, quando o mesmo argumento era evocado por aqueles que queria preservar “a cultura francesa” das políticas sexuais. A cultura não está fora da política, muito menos da história: podemos trabalhar para transformá-la. É por isso que o culturalismo não é a resposta – nem aqui, nem lá. Ou, para colocar de outra forma e deixar claro meu posicionamento político: Se posso ser crítico às tentações racistas e xenofóbicas presentes na sociedade francesa ou holandesa, incluindo dentre os movimentos feministas e LGBT, porque não poderia também ser crítico às tendências homofóbicas e sexistas dentre os próprios alvos racializados do discurso nacionalista sexual?

Permitam-me tomar o exemplo das duas irmãs cuja a insistência em usar o *hijab* na escola acendeu a controvérsia que levou à lei francesa de 2004 contra “sinais religiosos”. Alma e Lila Lévy foram violentadas na mídia. Mas dentre aqueles que se opuseram à lei, alguns às glorificaram como heroínas da liberdade individual⁸. Porque defender o direito delas contra ataques racistas implicaria necessariamente em partilhar de seus posicionamentos políticos? Por exemplo, apesar dessas adolescentes não terem defendido a pena de apedrejamento para mulheres adúlteras, elas afirmaram que tal medida drástica poderia ser a escolha da própria mulher, percebida como uma penitência. Livres para escolherem pelo apedrejamento? Tal argumento poderia ser entendido como apenas uma bobagem, ao invés de algo assustador. Mas porque deveríamos ser condescendentes com essas adolescentes ao rejeitar seus argumentos, ao invés de levá-las a sério como sujeitos políticos?

Em seu livro *Politics of Piety*⁹, Saba Mahmood propõe que expandamos nossa compreensão da agência de mulheres – até mesmo àquela de mulheres fiéis, devotas,

⁸Alma e Lila Lévy, *Des filles comme les autres: Au-delà du foulard; Entretiens avec Véronique Giraud and Yves Sintomer* (2004).

⁹Nota da tradutora: “Política da Piedade”

cuja docilidade religiosa contradiz a imagem tradicional de agência e resistência à dominação¹⁰. Tal raciocínio antropológico reforça um importante argumento político: não podemos ignorar essas mulheres em nome do feminismo. Todavia, reconhecer-lhes agência não passa, a meu ver, de um primeiro passo: essas sujeitas devem também ser reconhecidas como sujeitos políticos. Isso implica que podemos também ter discordâncias políticas com elas. Nos posicionarmos ao lado de vítimas de xenofobia racista na luta contra a “sexclusão” não significa partilhar de suas opiniões políticas.

CONCLUSÃO PARADOXAL

Em 28 de Janeiro de 2011 na França, o Conselho Constitucional deixou de pronunciar-se sobre dois artigos do Código Civil que proíbem o casamento de casais do mesmo sexo – deixando a questão a cargo do legislativo. Se esses artigos tivessem sido declarados inconstitucionais, de modo a abrir caminho para o chamado “casamento gay”, eu teria celebrado o declínio da norma heterossexual na lei francesa, norma contra a qual venho lutando. Contudo, ao mesmo tempo, eu teria alertado (como já o fiz) contra os riscos de uma nova instrumentalização: nas próximas eleições presidenciais, Sarkozy poderia ter esquecido-se de sua oposição a esse direito e poderia afirmar que, na França, gays e lésbicas são livres (livres para casarem...). Não poderia ele, nesse caso sentir-se no papel de denunciar a homofobia dos migrantes e de seus descendentes, em particular dentre os muçulmanos? A minha, estou ciente, é uma posição paradoxal – mas não uma posição contraditória, usando-me da útil distinção elaborada pela historiadora Joan Wallach Scott.

Da mesma forma, eu apoio a campanha internacional pela descriminalização da homossexualidade. Isso implica simultaneamente enfatizar que o governo francês não apenas a está utilizando para desviar atenção de direitos gays e lésbicos dentro do país, como também para estigmatizar “outros” - dentro e fora da França. Não obstante, o fato de tal campanha ser cooptada por uma estratégia imperialista não a transforma em intrinsecamente imperialista. Nosso trabalho é o de atentar para tal complexidade. O fato de que Louis-Georges Tin, fundador do IDAHO (International Day Against Homophobia and Transphobia - o Dia Internacional Contra Homofobia e Transfobia), é ao mesmo tempo porta-voz do movimento negro na França, o Conseil Répresentatif des Associations Noires (CRAN), complica proveitosamente a nossa crítica sobre a “brancura” do “imperialismo gay” - apesar de não dever anulá-la¹¹. Mas esse apelo pela complexidade não é puramente acadêmico. A crítica necessária do “homonacionalismo” não pode resultar em relativismo cultural¹². Não deve desviar-nos do fato de que a descriminalização da homossexualidade é politicamente necessária – não apenas para alguns, mas para todos.

¹⁰Saba Mahmood, *Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject* (2005).

¹¹Jin Haritaworn, Tamsila Tauqir e Esra Erde, “Gay Imperialism: Gender and Sexuality Discourse in the ‘War on Terror,’” in *Out of Place: Interrogating Silences in Queerness/Raciality*, ed. Adi Kunstman and Esperanza Miyake (2008), 9–33.

¹²Jasbir Puar, *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times* (2007).

Resumindo, não devemos jogar fora o bebe da democracia sexual junto com a água do banho do nacionalismo sexual. Não devemos entregar de bandeja os valores da liberdade sexual e igualdade entre os sexos para nossos inimigos políticos. Nós não queremos que eles definam as nossas políticas – mesmo que em oposição contra eles. A cooptação dos nossos valores não precisa fazer deles menos valiosos, apesar de eles se tornarem de fato problemáticos. O pensamento crítico habita essas tensões desconfortáveis e problemáticas entre os usos críticos e normativos da democracia sexual.